



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1650827 - SP (2020/0014127-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : IVAN FIGUEIREDO FESTA (PRESO)
ADVOGADOS : FÁBIO TAVARES SOBREIRA - SP248731
RONALDO DIAS GONCALVES - SP348138
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : GISELDA PONTUAL LEITE - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO
ADVOGADO : EDSON PEREIRA BELO DA SILVA - SP182252

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 182/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECONSIDERADA. ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL CONSUMADO E ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, § 2.ºA, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL TENTADO. PLEITOS DE A) RECONHECIMENTO DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA; B) EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO ART. 61, INCISO II, ALÍNEA F, DO CÓDIGO PENAL; C) ELEVAÇÃO DA FRAÇÃO DE REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA E D) RECONHECIMENTO DE CRIME CONTINUADO. ÓBICES DAS SÚMULAS N. 7/STJ E 283/STF. AGRADO REGIMENTAL PROVIDO PARA, RECONSIDERANDO A DECISÃO AGRAVADA, CONHECER DO AGRADO E NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por IVAN FIGUEIREDO FESTA contra decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu de agravo em recurso especial devido à ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada (fls. 814-815).

Nas razões do agravo regimental, a Defesa pontua que todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial foram, sim, refutados, não sendo o caso hipótese de incidência da Súmula n.º 182/STJ; e faz breves referências aos pleitos contidos no recurso especial.

Pleiteia, assim, a reconsideração do *decisum* agravado ou o provimento do agravo regimental pelo Colegiado da Sexta Turma, a fim de que seja conhecido e examinado o agravo em recurso especial.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo regimental (fls. 833-

838).

É o relatório. Decido.

De início, observo que, de fato, houve efetiva impugnação dos fundamentos declinados pela Corte local para o fim de inadmitir o recurso especial, assim, reconsidero a decisão agravada e passo à análise do mérito do apelo nobre.

Consta dos autos que o Agravante foi condenado à pena de 35 (trinta e cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito do art. 121, § 2.º, incisos I e IV, do Código Penal, consumado contra a vítima Tarcísio; e pelo crime do art. 121, § 2.º, incisos I e IV, § 2.ºA, inciso I, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal, na modalidade tentada, contra a vítima Sandra (fls. 566-569).

Insatisfeita, a Defesa recorreu, e a Corte de origem deu parcial provimento ao apelo para, afastando a valoração negativa do vetorial personalidade, reduzir a pena total para **24 (vinte e quatro) anos, 7 (sete) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão, mantido o regime fechado** (fl. 722).

Nas razões do recurso especial, a Defesa aponta violação dos arts. 14, inciso II; 20, § 1.º; 61, inciso II, alínea *f*, e do 71, parágrafo único, todos do Código Penal.

Pugna por novo julgamento do Agravante, pois teria agido sob legítima defesa putativa. Quanto à vítima Sandra, afirma que só foi atingida porque teria entrado na linha de tiro. Assevera que não existia a intenção de lesionar ou matar as vítimas.

Pleiteia a exclusão da qualificadora relativa à violência doméstica por não condizer com o contexto fático dos autos, uma vez que "[a] *própria vítima SANDRA relatou em Plenário, o acusado IVAN não se importava com o fato de SANDRA estar se relacionando com outra pessoa* ." (fl. 747).

Requer, ainda, a redução da pena, em decorrência da tentativa, na fração máxima porque "[f]oi *provado nos autos, notadamente pelo depoimento da testemunha BRUNA FESTA em Plenário - que a vítima SANDRA estava à mercê do acusado.*" (fl. 748), e, ainda assim, não deu continuidade à prática delitiva.

Por fim, busca o reconhecimento do crime continuado ao argumento de que "[...] *os crimes pelos quais o Recorrente foi condenado apresentam as mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. Percebe-se claramente que o réu praticou os crimes na mesma sequência, local e horário, havendo perfeito elo de continuidade entre eles.*" (fl. 750).

Contrarrazões às fls. 759-767 e 769-775.

A Corte local superou a tese de legítima defesa putativa com apoio nestas razões (fls. 726-727, sem grifos no original):

"Quanto à autoria, nota-se que na fase inquisitiva o apelante disse que perdeu a cabeça e efetuou disparos após Tarciso intervir verbalmente na discussão entre ele e SANDRA, que foi atingida após entrar na frente de TARCISO (fls. 05).

No procedimento disciplinar instaurado perante a Corregedoria da Polícia

Militar, IVAN apresentou versão diversa, salientando que Tarciso estava fora do carro e, após discutirem verbalmente e entrarem em luta corporal, a vítima foi para o carro e disse: 'Espera aí que você vai ver. O que você tem eu também tenho', dando a entender que também tinha uma arma de fogo, quando na verdade iria pegar seu aparelho celular.

Todavia, o laudo de fls. 177/181 revelou que não havia aparelho celular dentro do automóvel de TARCISIO.

Ademais, a vítima SANDRA afirmou, tanto em juízo como na fase inquisitiva, que TARCISIO não chegou a sair de seu carro, de modo que não teve chances de defesa, e que foi atingida em razão de ter tentado impedir o apelante em prosseguir nos disparos contra TARCISIO (v. mídia de fls. 565).

Como se vê, há elementos convincentes para o não acolhimento da tese de legítima defesa putativa, de tal maneira que os jurados, ao condenar o apelante, não agiram manifestamente contra a prova dos autos."

Como se vê, a superação do pleito de reconhecimento da legítima defesa putativa decorreu das graves incongruências dela com as circunstâncias fáticas do evento delitivo, de tal sorte que para o Superior Tribunal de Justiça acolhê-lo teria de rever fatos e provas, providência terminantemente vedada pelo óbice absoluto da Súmula n.º 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, III E IV, DO CP) EM CONCURSO DE AGENTES (ART. 29 DO CP). INTERESSES INDÍGENAS. DISPUTA PELA LIDERANÇA DA COMUNIDADE INDÍGENA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL TODA VEZ QUE A QUESTÃO VERSAR ACERCA DE DISPUTA SOBRE DIREITOS INDÍGENAS, INCLUINDO AS MATÉRIAS REFERENTES À ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS ÍNDIOS, SEUS COSTUMES, LÍNGUAS, CRENÇAS E TRADIÇÕES, BEM COMO OS DIREITOS SOBRE AS TERRAS QUE TRADICIONALMENTE OCUPAM, CONFORME DISPÕEM OS ARTS. 109, XI, E 231, AMBOS DA CF/1988. POSSIBILIDADE DE DEFESA TÉCNICA PATROCINADA POR PROCURADOR DA FUNAI. AUSÊNCIA DE NULIDADE POR DEFICIÊNCIA NA DEFESA TÉCNICA. NÃO ACOLHIMENTO DAS TESES DE NEGATIVA DE AUTORIA, LEGÍTIMA DEFESA, FAVORECIMENTO PESSOAL E ESCUSA ABSOLUTÓRIA. QUALIFICADORAS CONFIRMADAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA INAPLICÁVEL. DOSIMETRIA DA PENA REALIZADA ADEQUADA E PROPORCIONALMENTE AOS ASPECTOS DE FATO DO CASO CONCRETO. ACÓRDÃO REGIONAL FIRMADO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

[...]

7. Não merece reforma o acórdão a quo acerca da não adoção da tese de legítima defesa, argumento esse que, na via especial, também encontra óbice na Súmula 7/STJ, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal: Para alterar a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias e acolher a tese de legítima defesa e decidir pela absolvição sumária do recorrente, ou desclassificar a conduta para lesão corporal ou, ainda, para excluir as qualificadoras, demandaria, necessariamente, revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento que encontra óbice na Súmula 7/STJ, que dispõe: 'a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial' (AgRg no AREsp n. 1.482.074/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/9/2019).

[...]

10. Agravo regimental improvido. " (AgRg no REsp 1.802.798/AL, Rel.

Quanto à agravante da prática do crime envolvendo violência doméstica, o Tribunal estadual a manteve com apoio nestes argumentos (fl. 728):

"No tocante à agravante referente ao fato de ter sido o crime praticado contra mulher, de rigor sua incidência, considerando sua natureza objetiva, bem como a presença de relação íntima de afeto (art. 5º, inciso III, da Lei Maria da Penha), considerando-se a existência de convivência pretérita entre SANDRA e IVAN, na qualidade de marido e mulher."

Nas alegações constantes do recurso especial, a Defesa não refuta de forma específica e direta essas razões de decidir, tendo se restringido a alegar que a mencionada agravante não condiz com o contexto do crime porque, além de a própria vítima ter afirmado em plenário que o Recorrente não se importava com o seu novo relacionamento, ela só foi atingida porque entrou na linha de tiro (fls. 746-747). Assim, intransponível o óbice da Súmula n. 283/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Em relação à tentativa, a Corte a quo manteve a redução da pena na fração mínima de 1/3 (um terço), *"[...] considerando a proximidade da consumação delitiva, vale dizer, houve tentativa cruenta, com disparos de arma de fogo que chegaram a atingir a vítima, [...]"* (fl. 729).

Diante desse quadro, o obstáculo da Súmula n. 7/STJ se apresenta, mais uma vez, intransponível, porque a aferição se o Recorrente estava ou não mais próximo da consumação delitiva exige, sem sombra de dúvida, análise de fatos e provas, providência terminantemente proibida pela mencionada súmula.

A título de exemplificação:

*"[...]
TENTATIVA. FRAÇÃO DE REDUÇÃO EM 1/3. DECISÃO MOTIVADA. PLEITO PARA AUMENTAR O PATAMAR APLICADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.*

1. Verificando-se que o quantum fixado, em razão da prática do delito de homicídio na modalidade tentada, foi fundamentado no iter criminis percorrido pelo agente, que efetuou mais de um disparo contra a vítima, só não concluindo seu intento de matar em razão do socorro prestado, inviável a alteração da fração de redução, porquanto demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do especial, conforme entendimento expresso na Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.308.394/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018)

Por fim, a aplicação do crime continuado foi afastada pela Corte local com lastro nesta fundamentação (fl. 728):

"Quanto ao pleito de aplicação do crime continuado, entendo que não estão presentes os requisitos, vez que houve ação única, a qual se desdobrou em duas condutas: disparos contra TARCISIO e disparos contra SANDRA, cabendo salientar que houve nítido concurso formal impróprio entre o homicídio consumado e o tentado, vez que todo o contexto dos fatos indica que IVAN agiu com desígnios autônomos, de modo que se aplica a regra do cúmulo material (art. 71, in fine, do CP)."

Da leitura atenta das razões do recurso especial, é possível verificar que o Agravante não impugnou a alegada ausência de unidade de desígnios como um dos requisitos para o reconhecimento do crime continuado. Assim, o impedimento da Súmula n.º 283 da Suprema Corte apresenta-se intransponível, não permitindo o conhecimento desse pedido por este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo regimental e RECONSIDERO a decisão agravada (fls. 814-815) para conhecer do agravo e NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora